

OS GOVERNOS DE NOVO EM CENA

O Estado de S.Paulo, 2 de outubro, 2001.

As bolsas continuaram em alta, em Nova York e nas grandes capitais, mesmo quando o presidente Bill Clinton parecia a um passo da cassação.

Afinal, que importância econômica poderia ter um chefe de governo - ainda que do governo mais poderoso do mundo? O caso Monica Lewinsky serviu para reafirmar o poder dos mercados, dez anos depois de abatido o Muro de Berlim.

Os governos são obsoletos e o melhor que podem fazer é não atrapalhar a globalização: para muitos políticos, economistas, empresários e até sindicalistas, essa ladainha encerrou, durante alguns anos, uma verdade incontestável e evidente. Na prática, pelo menos, essa crença desabou juntamente com as torres gêmeas do World Trade Center. Os terroristas que atacaram Nova York e Washington, em 11 de setembro, não derrubaram o capitalismo nem liquidaram a iniciativa privada. Mas forçaram os mercados a voltar-se para o governo, em busca de ajuda para não afundar numa crise.

Os governos, de fato, nunca saíram de cena, embora tenham encolhido e tenham passado, nos últimos 20 anos, a valorizar mais o controle do gasto do que a intervenção por meio do planejamento e da política expansionista. Agora, até essa restrição desapareceu - temporariamente, segundo os guardiães da fé. O governo americano, com apoio do Congresso, já se dispôs a socorrer as companhias de aviação e a cidade de Nova York. Já se definiu a aplicação de US\$ 40 bilhões. Mais US\$ 60 bilhões poderão ser liberados, em breve, a depender da avaliação dos danos econômicos provocados pelo terror. Na Europa, já se tem falado em afrouxar as metas orçamentárias fixadas para os países da União Monetária.

A novidade, no entanto, não é apenas a readmissão da política fiscal como estimulante da economia. Agora se fala em ação coordenada internacionalmente. Não se trata mais de pensar na ação de cada governo em relação à própria economia. Bancos centrais agiram de forma articulada, há pouco mais de uma semana, para prevenir uma crise de liquidez nos mercados do Primeiro Mundo.

Coordenação de bancos centrais não é propriamente uma novidade, mas o sentido da articulação é novo. Já não se trata de enfrentar uma crise cambial ou uma onda especulativa, mas de manter em funcionamento mercados globalizados.

O terror pôs em xeque a própria globalização, segundo Stephen Roach, economista-chefe do banco de investimentos Morgan Stanley. Ao espalhar incerteza e temor, a ação terrorista criou dificuldades para viagens, para a vigilância de fronteiras, para os controles alfandegários e para os fluxos financeiros internacionais. É como se os governos do mundo houvessem combinado criar impostos sobre tudo aquilo que é essencial à economia globalizada. Isso poderá representar muito mais do que a imposição de obstáculos à circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de recursos financeiros. Se o comércio internacional perder dinamismo, também será diminuído o estímulo à inovação e aos ganhos de produtividade.

Nesse novo quadro, é indispensável a coordenação dos governos em vários campos, segundo escreveu o professor Jeffrey Sachs, de Harvard, em artigo publicado pela Folha de S. Paulo. Ele recomenda que se evite a guerra e que o combate ao terrorismo seja conduzido por meio de ações diplomáticas, financeiras e de reforço da segurança internacional. A coordenação deve incluir também, segundo Sachs, as políticas dos bancos centrais, o comércio e o combate à pobreza. O lançamento da nova rodada multilateral de negociações comerciais ganha maior importância, em vista das novas ameaças à economia global - um ponto de vista sustentado por economistas de vários países. "Chegou a hora", diz Sachs, "dos países ricos respeitarem os desejos dos países pobres (...). Isso exige medidas imediatas e positivas para garantir aos países em desenvolvimento melhor acesso aos mercados dos países ricos, especialmente para exportações de roupas e produtos agrícolas e regras mais justas em relação aos direitos de propriedade intelectual."

Com a insegurança criada pela ação terrorista, políticos, analistas de mercado e acadêmicos são forçados, enfim, a retomar um tema que muitos consideravam liquidado. Essas pessoas descobriram nos últimos dias, e de um modo particularmente assustador, que os mercados não são capazes, por seus meios, de garantir as condições de seu funcionamento e de sua prosperidade.

Com a globalização, o papel das instituições públicas não desaparece: apenas ganha uma dimensão diferente e uma complexidade maior.